

Prefeitura prepara concurso para escolha do anteprojeto do Centro Administrativo

ARQUITETOS
de todo o País poderão participar

DENIS MACHADO
redacao17@gmail.com.br

O Governo Zanatta se organiza para lançar, em até 90 dias, concurso público para escolher o anteprojeto arquitetônico do novo Centro Administrativo – prédio que deve reunir os setores da Prefeitura em um lugar só. A ideia, segundo a Administração, é democratizar a escolha de como será a edificação, cujo local já foi escolhido através de plebiscito, anos atrás, para ficar próximo ao fórum, no bairro Timbaúva. Um passo para a realização do concurso foi dado na sessão ordinária dessa quinta-feira, 5, quando a Câmara de Vereadores autorizou a abertura de crédito especial de R\$ 272,7 mil no orçamento para a realização da iniciativa.

Do valor, R\$ 172 mil

vão custear a contratação do Instituto de Arquitetos do Brasil, o IAB, que fará a coordenação do concurso, dará consultoria para a revisão do termo de referência, fará a divulgação do certame com a criação de um site e também formará a comissão julgadora; com dois arquitetos da cidade, dois arquitetos gaúchos de renome e mais um arquiteto com reconhecimento nacional em projetos do tipo. “Esta é a única forma de contratação em que o Município tem opção de escolha entre duas ou mais propostas. Além disso, o concurso ajuda a divulgar a cidade em nível nacional e todos os profissionais locais são convidados a participar”, destaca a arquiteta Karina Daudt, da Prefeitura.

Os arquitetos vão se basear em um termo de referência já pronto, do que a Administração Municipal quer que conste no Centro Administrativo. Os profissionais com os melhores anteprojetos arquitetônicos, que trarão o layout

e características mais conceituais da construção, receberão prêmios de 70, 20 e 10 mil reais, respectivamente. É um atrativo que, segundo o governo, deve incentivar a participação de mais pessoas. O primeiro lugar, então, ganhará o contrato para a elaboração do projeto completo, avaliado em R\$ 700 mil para incluir projeto elétrico, estrutural, hidrossanitário, paisagístico, de drenagem, PPCT, dentre outros.

Será regra que, na elaboração dos anteprojetos, os participantes já terão que considerar, como limite de custo da construção, um valor de R\$ 18 milhões. “A execução, inicialmente, deverá ser feita com recursos próprios extra-orçamentários, por meio da venda de imóveis do Município que estão sem uso. O que faltar possivelmente será financiado”, destacou a Administração, em nota ao Ibiá. “Cabe lembrar que a edificação do novo Centro Administrativo reduzirá sensivelmente as despesas

do Município com aluguéis, que hoje giram em torno de R\$ 70 mil por mês.”

A construção do Centro Administrativo é uma promessa de campanha de Gustavo Zanatta e Cristiano Braatz que destacam que, além da redução de custos, a unificação dos setores em um só lugar trará mais agilidade aos processos administrativos. Ainda não há definição de que forma, quando a obra for efetivamente concluída, passará a ser utilizado o Palácio Rio Branco, atual sede da Prefeitura.



Ainda não há definição de que forma, quando a obra for efetivamente concluída, passará a ser utilizado o Palácio Rio Branco, atual sede da Prefeitura

Vereador tentou pedir vistas à abertura de crédito

Na sessão em que a abertura de crédito para o concurso foi autorizada, o vereador Paulo Azeredo (PDT) pediu vistas do projeto, por duas sessões. Ele defendeu que o termo de referência, do que se quer no novo prédio, fosse mais debatido, citando pontos como a possibilidade de um auditório maior e uma melhor área de estacionamento. “Esse projeto precede um programa de necessidades”, opinou. Junto a ele, a vereadora Camila Oliveira (Republicanos) disse concordar com a necessidade da obra, mas discordar da concessão de prêmio pelos

anteprojetos arquitetônicos. “Acredito que tenhamos outras prioridades, como a Saúde”, declarou. O pedido de vistas acabou rejeitado e, indo à votação, a abertura de crédito foi aprovada com o voto contrário dos dois. Em defesa do concurso, o vereador Juarez Vieira da Silva (PTB) salientou que o valor empregado na premiação deixará de ser gasto com a contratação de um profissional que faça o anteprojeto. Segundo o governo, os R\$ 70 mil do primeiro prêmio são valor de tabela da IAB para anteprojetos de 4.500 metros quadrados, ta-

manho previsto para a obra. Felipe Kinn (MDB) também foi em defesa da iniciativa e disse torcer que um profissional da cidade seja o vencedor. À favor, Ari Müller (PP), destacou as atuais dificuldades com o andamento de simples processos de manutenção de máquinas, que precisam passar por setores da Prefeitura em prédios espalhados pela cidade; mas fez questão de pedir cautela na busca por recursos para a execução da obra, especialmente sobre novos financiamentos. “Nós não podemos ter um segundo Projeto Cura”, alertou.

Farmácia da secretaria municipal de Saúde será reformada

A Câmara de Vereadores aprovou nessa quinta-feira, 5, a abertura de crédito especial no orçamento para o recebimento de R\$ 110 mil do Estado pelo programa “Farmácia Cuidar+”. O valor, mediante duas portarias, já está depositado. Segundo a Administração Municipal, a verba será aplicada na reforma da farmácia da secretaria municipal de Saúde. O objetivo da adequação é ampliar o espaço de atendi-

mento, especialmente o destinado aos pedidos e formação de processos de busca

dos medicamentos fornecidos pelo Estado. Ainda não há data para início das obras.



Medidas miram na desburocratização da abertura de empresas no Município

A Câmara de Vereadores aprovou na sessão ordinária dessa quinta-feira, 5, o projeto de lei do Executivo que altera o Código de Posturas do Município no que se refere à liberação de alvarás provisórios para empresas em início de atividades. Novidade anunciada pelo secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Cristiano Braatz, ainda no fim do mês passado, a alteração vai permitir que, para algumas atividades, apenas a entrada do empreendedor com os protocolos de liberação necessários em diferentes setores da Prefeitura já seja suficiente para conseguir o documento provisório.

e médio risco, dependendo do segmento, têm que passar por outros setores, como Vigilância, Obras e Meio Ambiente. A grande mudança é que bastará apresentar o protocolo de entrada nesses setores que nós emitiremos o alvará provisório na hora”, explicou Braatz em recente entrevista à Rádio Ibiá Web. Em outras palavras, o empreendedor não precisará esperar a tramitação do processo nos órgãos municipais para iniciar as atividades. “Esse provisório é para as pessoas terem tempo de organizar a sua documentação sem deixarem de trabalhar”, resume o secretário. O alvará de licença provisório é válido por doze meses, prorrogáveis por

mais seis. Além da mudança que recebeu o aval da Câmara, a Prefeitura também publicou decreto com outra alteração para agilizar a abertura de empresas. Segundo Braatz, ele reduz a necessidade de comprovação de endereço do empreendedor, agora necessária somente para empresas não estabelecidas, microempreendedores individuais (MEI's) e autônomos. “Antes, havia a necessidade de esperar por uma conta de luz, ou de água, comprovando o endereço. Com essa mudança, não é preciso esperar estes documentos, agilizando a atividade econômica”, aponta. Segue exigida a apresentação do contrato social. (DM)



CONTABILIDADE

IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA 2022
DE 07 DE MARÇO ATÉ 31 DE MAIO DE 2022

Rua João Pessoa, 1615
(Centro | Montenegro/RS)
(51) 3632 4500

Rua Professor Annes Dias, 112, Sala 131
(Centro Histórico | Porto Alegre/RS)
(51) 3224 6613